

IX ENCONTRO DA ABCP

Área Temática: Eleições e Representação Política

INTENSIDADE DA PARTICIPAÇÃO DE DELEGADOS DO PT

José Roberto Paludo (UFSC)

Brasília, DF
04 a 07 de agosto de 2014

INTENSIDADE DA PARTICIPAÇÃO DE DELEGADOS DO PT

José Roberto Paludo (UFSC)

Resumo do trabalho:

O presente artigo tem por objetivo analisar o tema da participação de alta intensidade no Partido dos Trabalhadores (PT) com base em pesquisas de opinião aplicadas aos delegados dos Encontros e Congressos Nacionais do Partido dos Trabalhadores (PT) no período de 1999 até 2010. Desse modo, o texto se divide em três partes: introdução e revisão da literatura sobre a participação em partidos políticos; trajetória e caracterização do sistema partidário brasileiro e o do PT; análise empírica e considerações finais.

A literatura sobre partidos políticos aponta para o declínio da participação, tanto quantitativamente através da diminuição das filiações, como qualitativamente em relação a intensidade, ou seja, há uma redução da importância da participação dos filiados para os partidos (WHITELEY & SEYD, 2002; WHITELEY & SEYD, 2004; DALTON, FARREL & MacALLISTER, 2011).

Portanto, buscar-se-á analisar como isso está ocorrendo no Brasil partindo da hipótese de que há um declínio na intensidade da participação entre os delegados em encontros e congressos do PT ao longo do tempo.

Palavras-chave: participação de alta intensidade; partidos políticos; Partido dos Trabalhadores

INTENSIDADE DA PARTICIPAÇÃO DE DELEGADOS DO PT

Introdução e revisão da literatura

O presente artigo tem por objetivo analisar o tema da participação de alta intensidade no Partido dos Trabalhadores (PT) com base em pesquisas de opinião aplicadas aos delegados dos Encontros e Congressos Nacionais do Partido dos Trabalhadores (PT) no período de 1999 até 2010. Desse modo, o texto se divide em três partes: introdução e revisão da literatura sobre a participação em partidos políticos; trajetória e caracterização do sistema partidário brasileiro e o do PT; análise empírica e considerações finais.

A literatura sobre partidos políticos aponta para o declínio da participação, tanto quantitativamente através da diminuição das filiações, como qualitativamente em relação a intensidade, ou seja, há uma redução da importância da participação dos filiados para os partidos (WHITELEY & SEYD, 2002; WHITELEY & SEYD, 2004; DALTON, FARREL & MacALLISTER, 2011).

Portanto, buscar-se-á analisar como isso está ocorrendo no Brasil partindo da hipótese de que há um declínio na intensidade da participação entre os delegados em encontros e congressos do PT ao longo do tempo.

O tema da participação tem grande relação com o de partidos políticos e cresce com o processo de expansão do direito ao voto até o sufrágio universal, consolidando-se nas democracias representativas em diferentes momentos e regiões do mundo¹. Enfim, houve uma evolução na literatura sobre o tema da participação, do enfoque individual ao coletivo, de modalidades convencionais a não convencionais, e de base empírica cada vez mais ampla e, com isso, a participação em partidos políticos continuou sendo uma importante temática para se entender tanto a democracia representativa como a atuação dos partidos políticos.

Especificamente sobre o tema da participação em partidos políticos, Heidar (2006) define a filiação como uma relação de um indivíduo com um partido político, o que implica obrigações e direitos. Os filiados têm um papel ativo no interior dos partidos como disputa de cargos de direção e participação na escolha de candidatos, em debates, na tomada de decisões e em eventos. O interesse dos partidos por filiados pela ajuda em campanhas eleitorais, obter legitimidade e financiamento, recrutar novos candidatos, ser âncora das suas ideias na sociedade, sustentar opinião pública e desenvolver novas políticas. Mesmo que o pensamento dos líderes não coincida com a intenção dos filiados, estes querem ser membros por razões individuais (ter influência, obter favores materiais, informações,

1 Sobre o tema da participação, consultar Borba (2012) que apresenta uma síntese dessa literatura.

benefícios sociais e satisfação e, em contrapartida, doam tempo, dinheiro e oportunidades), ou por razões sociais como, tradição familiar, normas, ou ideologia (HEIDAR, 2006; RIBEIRO, 2014).

Outro aspecto importante é o contexto social ao qual o filiado pertence, como religião, classe ou etnia, que inclusive interfere nas formas de participação, que podem ser individuais ou através de organizações auxiliares (jovens, mulheres, aposentados, etnias, etc.), ou coletivas (sindicato, rede de associações, religião, etc.)².

Os partidos políticos tiveram uma importância muito grande na primeira metade do século XX, passaram por mudanças no modelo organizativo e na forma de participação dos filiados.

As mudanças tecnológicas (informática) geram novas atividades (comunicação e debates) e oportunidades, e os níveis de ativismo variam dentro do mesmo partido e entre partidos. Num estudo empírico, May (1973) comprova a tese de Michels (1982) de que filiados não são importantes, pois a decisão está no topo. As elites partidárias, por sua vez, não podem negligenciar a opinião dos filiados, porém a soma de micro experiências entre filiados produz efeitos macro no sistema político. Isso se dá através da educação e de debates, principalmente nas campanhas locais e nas experiências de democracia participativa quando o debate interno promove relação entre partido e sociedade civil (TEORELL, 1999). A democracia em si não requer filiados, pois uma eleição (sufrágio universal) depende da competição entre partidos e candidatos; mas a qualidade da democracia depende da legitimidade que se mede basicamente pelo número de adeptos em cada partido. Enfim, Heidar (2006) lança alguns desafios para estudos futuros: Quem são esses filiados? Como eles participam? No que eles acreditam? Como os partidos decidem? Em que medida os filiados influenciam nas decisões dos partidos e no poder em geral?

Whiteley e Seyd (2002) analisaram o declínio da participação nos dois principais partidos ingleses (Trabalhista e Conservador) analisando duas ondas de *surveys* aplicados no período de 1994 e 2001, constatando um declínio não apenas quantitativo, mas também qualitativo, ou seja, no caso dos Trabalhistas, que ocorreu uma reação das filiações no período da liderança de Tony Blair, agregou-se uma massa de novos filiados, porém, diferente dos antigos filiados, os novos têm baixa intensidade de participação.

Para estes autores, a diferenciação da intensidade da participação partidária se mede distinguindo as atividades que exigem maior custo de esforço e de tempo (alta

2 No caso do PT, tem-se organizações auxiliares previstas no próprio estatuto chamadas de setoriais que buscam um diálogo direto com segmentos específicos da sociedade, como: juventude, mulheres, combate ao racismo, GLBT, etc. Sobre a participação coletiva, o melhor exemplo ocorreu com o *Labour Party* antes da reforma de 1927, quando havia a filiação indireta dos *Trade Unions* automaticamente ao partido (DUVERGER, 1980) ou mesmo no PT quando alguns sindicatos ou igrejas tinham em sua direção praticamente todos os membros filiados ao partido.

intensidade) e, as de menor custo (baixa intensidade). Para fazer essa análise, os autores partiram de um modelo empírico básico com nove tipos de atividades assim divididas: alta intensidade (ajudar nas campanhas eleitorais; ajudar na organização do partido; ajudar na apuração de votos; participar em reuniões; e entregar panfletos); e baixa intensidade (doar dinheiro; assinar petições; segurar cartazes; e contato com político ou outros membros). A análise estatística é realizada com base em três importantes teorias da ciência política: voluntarismo cívico; teoria da escolha racional; e psicologia social. Para cada uma delas foram construídas variáveis de medição e depois proposta uma teoria alternativa que foi chamada de “incentivos gerais”, englobando uma combinação das variáveis anteriores e acrescentando outras questões (WHITELEY & SEYD, 2002; RIBEIRO, 2014).

Em estudos posteriores, os mesmos autores analisaram o problema do declínio da participação nos partidos políticos e organizaram uma publicação com base em seis artigos, abordando o mesmo tema em diferentes países: Inglaterra, Dinamarca, Noruega, Irlanda, Canadá, e Estados Unidos (WHITELEY & SEYD, 2004). Depois, em outro artigo, os mesmos autores selecionaram 36 países que compõem uma amostra significativa do atual contexto mundial do tema (WHITELEY, 2011). Com base nesses estudos, constatou-se um declínio da participação nos partidos políticos ou uma baixa na intensidade do ativismo como uma tendência geral causados por mudanças institucionais como financiamento público e por mudanças organizacionais dos partidos como a profissionalização das campanhas através do *marketing*, que resultou um forte desinteresse, especialmente entre os jovens, o que traz consequências não apenas para os partidos como para o sistema político como um todo.

Porém, Ribeiro (2014) apresentou um estudo inédito realizado no Estado de São Paulo com filiados dos dez maiores partidos, que demonstra uma participação relativamente intensa nos partidos; portanto, passou a ser um novo enfoque para se dialogar numa perspectiva comparativa.

Enquanto a literatura trata o tema como “declínio, crise ou vulnerabilidade” dos partidos, Dalton, Ferrel e MacAllister (2011) veem esse processo como “adaptação” dos partidos ao contexto político e legal ou institucional (legislação e sistema eleitoral)³, aos aspectos políticos (incorporando novos temas colocados na agenda pela globalização, como as questões ambientais, de gênero, imigração e paz) e também ao aspecto organizacional (usando recursos modernos de comunicação, como a *Internet* e redefinindo o papel dos filiados) (DALTON, FERREL & MacALLISTER, 2011).

Enfim, foi visto a importância da participação dos filiados para a legitimidade dos partidos e para a qualidade da democracia que teve um papel destacado do início do século

3 Como já haviam apontado tanto Duverger (1980) como Sartori (1982).

XX até a década de 1970, especialmente nos países de democracia representativa consolidada e posterior declínio com as mudanças na estrutura social pós-industrial ou pós-materialista⁴. Ou seja, com o advento das novas tecnologias passou-se a observar um declínio ou adaptação quantitativo e/ou qualitativo da participação dos filiados em partidos políticos. Portanto, cabe perguntar: qual a situação da intensidade da participação dos petistas no Brasil?

Sistema partidário brasileiro e o PT

Muito diferente da literatura internacional sobre a trajetória dos partidos políticos, especialmente europeia, no Brasil, até 1945, considerou-se o sistema como "proto" partidário ou subdesenvolvimento partidário (SARTORI, 1982; KINZO, 1993; LIMA Jr, 1999; MAINWARING, 1991; FRANCO, 1980; MEZZARROBA, 1998).

Basicamente, o primeiro período de funcionamento de um sistema partidário brasileiro pode ser considerado entre 1945 e 1964, caracterizado pelo multipartidarismo moderadamente fragmentado onde havia treze siglas, porém três novos grandes partidos: Partido Social Democrático (PSD), criado por Vargas e ligado aos latifundiários e oligarquias regionais; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), também criado por Vargas e ligado ao sindicalismo e setores urbanos; e União Democrática Nacional (UDN), que reunia a oposição antivarguista de diferentes correntes. Os três partidos dominaram a cena da disputa nacional até o golpe militar em 1964 (MELO, 2007; BENEVIDES, 1981; BENEVIDES, 1989).

Durante a ditadura civil-militar, houve uma ruptura com o intuito de apagar a memória dos partidos anteriores, instituindo-se um bipartidarismo controlado pelo Poder Executivo. Desse modo, Kinzo (1990; 1993) considerou que há uma herança de rupturas e autoritarismo e de forte centralização dos sistemas partidários brasileiros sob o poder do Executivo como principais fatores que explicam o fraco enraizamento dos partidos e uma cultura antipartidária no Brasil (KINZO, 1990; KINZO, 1993; MENEGUELLO, 1998).

Para Huntington (1991), o que ocorreu na América Latina após os regimes autoritários que se estabeleceram nas décadas de 1960 e 1970 pode ser chamado de "terceira onda de democratização" ou "democratização tardia".

Portanto, o período atual inicia-se com o fim da ditadura civil-militar entre os anos de 1970/80 e pode ser considerado como a segunda fase do sistema partidário brasileiro em que se mantêm as características herdadas no período anterior e as novas realidades, formando um campo de estudo diversificado e com muitas divergências de análise.

4 Ver, Inglehart, 2001; Dalton 2013; e Ribeiro 2011.

Começando por Lamounier e Meneguello (1986) e Mainwaring e Liñan (1998) tem-se que os partidos brasileiros são subdesenvolvidos, resultantes da combinação de um sistema de lista aberta e financiamento privado de campanhas, que conseqüentemente autorizam, estimulam e reforçam o individualismo e a autonomia dos políticos, que enfraquecem e fragmentam os partidos, e que reforçam o elitismo, o patrimonialismo e a corrupção (MAINWARING, 1991). Numa perspectiva comparada, o autor afirma que o “sistema de lista aberta sempre tem efeitos deletérios sobre a construção partidária” e que “em nenhum país com voto preferencial os partidos são tão frouxos e os políticos tão autônomos como no Brasil” (MAINWARING, 1991).

Ames e Power (2010) apontam que a fragmentação partidária no Brasil é mais que o dobro da média latinoamericana; que há uma alta competição intrapartidária, uma alta volatilidade e baixa institucionalização, e um sistema desigual em termos de ideologia e organização, pois apenas a esquerda é forte ideologicamente e promove a participação e a mobilização, enquanto a maioria dos partidos está ao centro e à direita, sendo fracos do ponto de vista programático, caracterizados pelo modelo *catch-all*, com seus parlamentares basicamente interessados em emendas orçamentárias.

Por outro lado, outros autores são mais otimistas na análise e apontam diferentes graus de coerência política e ideológica dos partidos no período de transição democrática no Brasil (LIMONGI E FIGUEIREDO, 2007; KINZO, 1990; MENEGUELLO, 1998; RODRIGUES, 2002; ZUCCO JR., 2011; MOISÉS & MENEGUELLO, 2012).

Passado pouco mais de duas décadas do atual sistema partidário brasileiro, ele já se constitui como o mais longo da história do Brasil, que apesar de manter um grande número de partidos, concentra-se em seis partidos efetivos, divididos em dois blocos organizados a partir das disputas presidenciais e com alguma coerência ideológica (MELO, 2007). No entanto, Carreirão (2013) acredita que tais avanços no sistema partidário brasileiro escondem a volatilidade ideológica nos estaduais e municipais e mesmo no âmbito nacional, entre o Executivo e o Congresso há uma perda de identidade ideológica entre os blocos no governo e oposição, especialmente após o governo Lula.

Em outra perspectiva, tratando diretamente do tema da participação partidária no Brasil, Ribeiro (2014) concorda em grande parte com essa revisão literária, mas acrescenta uma importante contribuição empírica, demonstrando não apenas que tem crescido a adesão partidária no Brasil nos últimos anos - atingindo uma média de 11% dos eleitores filiados a partidos políticos, enquanto a média europeia é de 5% -, mas, além disso, que os dez maiores partidos no Estado de São Paulo têm alto nível de envolvimento; portanto, uma participação de alta intensidade, constatando que 81% dos filiados afirmam estar envolvidos em alguma atividade partidária e dedicam algum tempo ao partido (26% pagam contribuição mensal; 23% fazem doações para campanhas; e 46% trabalham em campanhas, em

posição paga, nomeados em cargos ou não). Dentre esses, destaca-se o PT, onde 92% participam de alguma atividade e 25% dedicam mais de 40 horas mensais ao partido, 76% pagam contribuição mensal e 46% declararam fazer doações na última campanha em 2010. Ao mesmo tempo, os filiados têm alto grau de confiança institucional e nos partidos, muito acima da média da população em geral e acreditam na importância da sua participação nas decisões partidárias, ao passo que na média dos partidos a maioria declara ter motivações por convicção (38%), por carreira política (15%) e por tradição familiar (15%), e uma minoria filiou-se ao seu partido depois de participar em sindicatos, organizações não-governamentais, ou movimentos sociais e comunitários, com exceção do PT, em que 25% declaram ter participação nessas organizações antes de filiarem-se ao partido (RIBEIRO, 2014)⁵.

Esse destaque para o PT na literatura sobre sistema partidário brasileiro não é recente, pois, mesmo os autores que avaliam o sistema partidário brasileiro como frágil institucionalmente e com alta volatilidade, consideram o PT como uma exceção (AMES e POWER, 2010; NICOLAU, 2010, BAQUERO, 2001; RIBEIRO, 2014). Para Ames e Power (2010), o PT caracteriza-se como um partido ideológico e programático que agrega os interesses de grupos como movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs) e setores da igreja católica; um partido que mantém um sistema permanente de participação e debate interno; uma estratégia de recrutamento com cerca de 400 mil “filiados de carteirinha” que têm a melhor educação política (ainda que outros partidos também o façam, inclusive através de convênios com fundações internacionais, especialmente da Alemanha); e, finalmente, um partido que tem um sistema de financiamento próprio que cobra 1% do salário dos filiados, uma escala de 6% a 20% dos que exercem funções de governo em todos os níveis e 30% dos que ocupam cargos eletivos⁶. Em síntese, os autores afirmam que “*the PT is easily the best organized political party in democratic Latin America*” (AMES e POWER, 2010 – p. 197).

Singer (2000) fez uma análise sobre o posicionamento ideológico do eleitorado do Brasil a partir de dados quantitativos do período entre as eleições presidenciais de 1989 e 1994, defendendo a tese de que a ideologia importa para a decisão dos eleitores, que a eleição presidencial tem um papel estruturador do sistema partidário e que o PT representou “a espinha dorsal” dos partidos políticos no Brasil, ou seja, que os demais partidos tomam

⁵ Com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (2014), comparando o crescimento de filiados aos partidos políticos, percebe-se uma ampliação em todos os partidos brasileiros, com destaque para o PT, que cresceu 91,85% entre 2002 e 2014 e passou de sexto para segundo maior partido em quantidade de filiados no país.

⁶ Legalmente o financiamento dos partidos no Brasil é privado, o que tem como consequência a eleição de parlamentares que são controlados pelos financiadores de campanha (AMES e POWER, 2010).

como referência o posicionamento do PT diante das clivagens para se posicionar no espectro ideológico (SINGER, 2000).

Portanto, diante da herança de um sistema partidário fragmentado centralizado no Poder Executivo central, na volatilidade e falta de coerência ideológica, passando por uma tendência à superação de algumas dessas características ou pela permanência delas em escalas maiores ou menores, a escolha do PT como unidade de análise se justifica por ser uma referência do tipo de partido de massa no Brasil (MENEGUELLO, 1988; AMES e POWER, 2010; AMARAL, 2013); por ser o PT o partido que tem a maior preferência partidária do país desde o final da década de 1980, chegando em alguns períodos a superar a soma dos demais partidos; e também por estar à frente do governo federal ao longo da última década.

Se por um lado, destaca-se a importância desse partido no contexto político do país, por outro, apontam-se mudanças significativas no seu discurso, na sua forma de organização e no perfil do eleitorado que se identifica e vota no PT (CARREIRÃO e KINZO, 2004; KINZO, 2007; PAIVA, BRAGA e PIMENTEL Jr, 2007; CARREIRÃO, 2007; SINGER, 2012).

Ribeiro (2008) e Amaral (2010) seguem a tradição dos trabalhos de Meneguello (1988), Keck (1991) e César (2002) e buscam analisar as transformações organizativas do PT. Amaral (2013) aborda as transformações pelas quais o PT passou entre 1995 e 2010 demonstrando que as mudanças na organização interna do PT refletem a acomodação da agremiação a uma posição que concilia sua história/origem com a necessidade de vencer eleições e governar.

Na tese de Amaral (2010) não há preocupação em nomear o modelo organizativo petista, mas sim depois de uma revisão da literatura sobre partidos e sobre o PT e sua trajetória histórica, o autor analisa, dentre outros aspectos, os vínculos do PT com a sociedade a partir da base de filiados e das suas lideranças (houve um afastamento substantivo do partido em relação aos atores da sociedade civil organizada) e as mudanças na forma de participação dos filiados que foi se alterando do modelo original de núcleos de base (NBs) para o modelo atual de Processo de Eleições Diretas (PED), que privilegiou a competição eleitoral, de forma mais inclusiva e com menor intensidade. E, enfim, concorda que o PT é um modelo híbrido, mas discorda da tese de Ribeiro (2008) segundo a qual o PT se tornou um partido profissional-eleitoral (AMARAL, 2010).

Singer (2012) analisa as mudanças no perfil do eleitorado petista que, segundo o autor, foi consequência da necessidade de recuperação do desgaste sofrido pelo episódio político de 2005 que ficou conhecido como “mensalão” e que exigiu um redirecionamento das bases eleitorais do “lulismo” para outras regiões e classes sociais.

Essa tese é corroborada em partes pela análise de Terron e Soares (2010) que demonstram um afastamento do eleitorado petista (votos em deputados federais) em relação ao lulista (votos em Lula), especialmente do ponto de vista do território entre as eleições de 1994 e 2006 como um fenômeno marcante do último pleito avaliado. Assim, os votos em Lula crescem em extensão territorial e dependem menos de poucos municípios com grande eleitorado, ou seja, se expandem e se desconcentram.

Por outro lado, Rennó e Cabello (2010) também estudam o fenômeno do lulismo buscando contrapor a tese de um realinhamento do eleitorado apontada por Singer (2009) e acabam relativizando também a análise de Torreón e Soarez (2010), na medida em que tomam como variáveis dependentes os velhos lulistas, os novos lulistas, os petistas e outros, comparando os dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2002 e de 2006, demonstrando que não há impacto do nível de renda ou ideologia sobre o perfil dos novos petistas, nas diferentes regiões. Ou seja, para Rennó e Cabello (2010), o lulismo cresceu em 2006, especialmente em função de uma avaliação retrospectivamente positiva do primeiro mandato do Presidente Lula que garantiu o crescimento econômico, com estabilidade e distribuição de renda, corroborando com a tese do “voto econômico” defendido por Carreirão (2002; 2007). Portanto, o tema da corrupção explorado pela oposição no período pré-eleitoral pouco influenciou na opinião dos “novos lulistas” que são caracterizados como eleitores não alinhados nem influenciados pelo personalismo como fator significativo (RENNÓ e CABELLO, 2010).

Enfim, por um lado, o PT representou uma exceção dentro do sistema partidário brasileiro especialmente na primeira etapa do atual período democrático e, por outro, com a chegada ao poder central, apontam-se várias contradições, tanto na sua face pública, como no perfil organizativo interno. Portanto, diante desse processo de mudanças pode-se questionar: houve mudança na intensidade da participação dos filiados no PT? Ou seja, a partir da análise da pesquisa feita com os delegados ao IV Congresso Nacional do PT (2010), pode-se afirmar que há um declínio na intensidade da participação dos petistas?

Análise empírica e considerações finais

Esta análise empírica toma como base quatro pesquisas disponibilizadas pela Fundação Perseu Abramo e realizadas pela Criterium Assessoria em Pesquisas aplicadas com os delegados dos Encontros e Congressos Nacionais do PT no período de 1999 até 2010, quais sejam: II Congresso (1999); 12º Encontro (2001); 13º Encontro (2006); e IV Congresso (2010).

Antes de começar a análise, é importante explicar o processo de escolha dos delegados aos Encontros e Congressos Nacionais do PT que constitui o público

entrevistado nesses bancos de dados. Os delegados se constituem num grupo intermediário entre os dirigentes e os filiados, ou seja, entre a elite e a base partidária. Eles eram eleitos no modelo congressual até 2001 e, depois disso, passaram a ser eleitos proporcionalmente através de chapas nacionais previamente inscritas no PED. Portanto, delegados não podem ser tomados como uma amostra da base dos filiados, e sim como um grupo intermediário entre as chapas que concorrem ao PED e os filiados mobilizados para votar. Ademais, deve se tratar os delegados como um grupo diferenciado do ponto de vista dos incentivos para o ativismo, porque dispõem de mais recursos e estão mais propensos a participar com maior intensidade, conforme conceituam Witheley e Seyd (2002).

Ao longo da trajetória do PT houve mudanças importantes na sua forma de organização (RIBEIRO, 2008; AMARAL, 2010) e na forma de se relacionar com a sociedade e com os eleitores (SINGER, 2012; KRAUSE, 2006; TORREON e SOAREZ, 2010; RENNÓ e CABELLO, 2010), ao que se questiona: como isso se reflete na intensidade da participação dos filiados ou especificamente entre os delegados entrevistados?

Metodologicamente, tratou-se de segmentar os delegados por período de filiação: velhos filiados (que entraram no PT desde a fundação até 1995); fase intermediária (aqueles que entraram no PT no período de maior mudança organizativa e de relação com a sociedade, considerada por Ribeiro (2008) como a "Era Zé Dirceu" que iniciou em 1995 até a eleição de Lula Presidente em 2002); e novos filiados (filiados após a eleição de Lula Presidente, a partir de 2003). Obviamente, nas rodadas de pesquisa de 1999 e 2001 havia apenas delegados nos dois primeiros grupos segmentados, mas de qualquer forma é importante manter essa comparação.

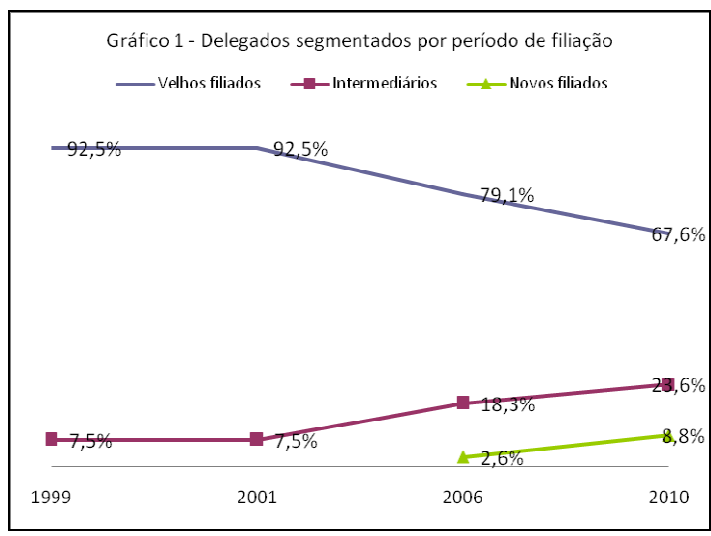
A partir desses três segmentos de delegados, apresentar-se-á inicialmente o perfil socioeconômico com base na idade, sexo, escolaridade e renda familiar, e, posteriormente, analisar-se-á se houve declínio na participação em movimentos sociais e nas direções partidárias, distinguindo o período de entrada no PT e atualmente, ou seja: há diferença no engajamento em movimentos sociais e nas direções partidárias entre os velhos filiados, filiados intermediários e os novos filiados no momento de entrada no PT em comparação com o período atual⁷? E dentre as diferentes instâncias de direção partidária, há diferença em relação aos velhos filiados, filiados intermediários e novos filiados?

Enfim, a análise da intensidade da participação leva em consideração o conceito de Witheley e Seyd (2002), os fatores causais que explicam a intensidade de participação de acordo com o tempo e recursos disponibilizados no engajamento partidário. Assim, para o caso do PT e com base nos dados disponíveis, considera-se a participação em movimentos

7 Período atual significa o ano da realização de cada pesquisa.

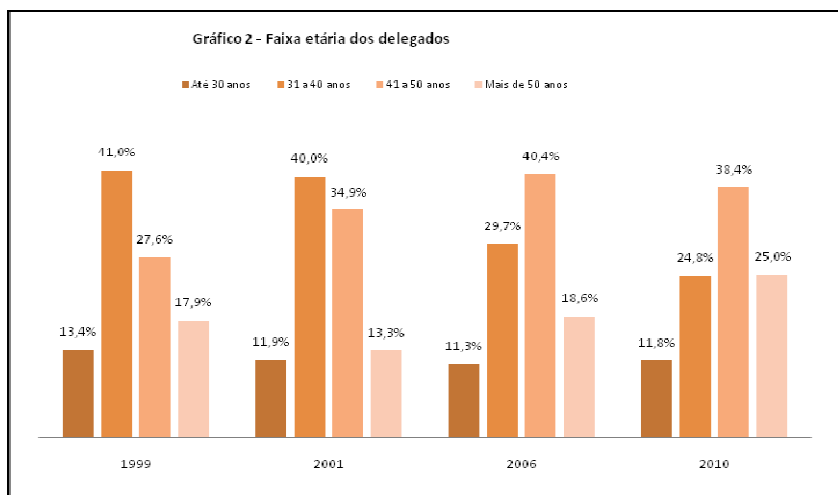
sociais e nas instâncias partidárias como atividades que requerem alta intensidade de engajamento dos delegados.

O Gráfico 1 demonstra a diminuição dos delegados filiados antes de 1995 ao longo do período analisado, ou seja, há uma renovação na origem dos delegados.



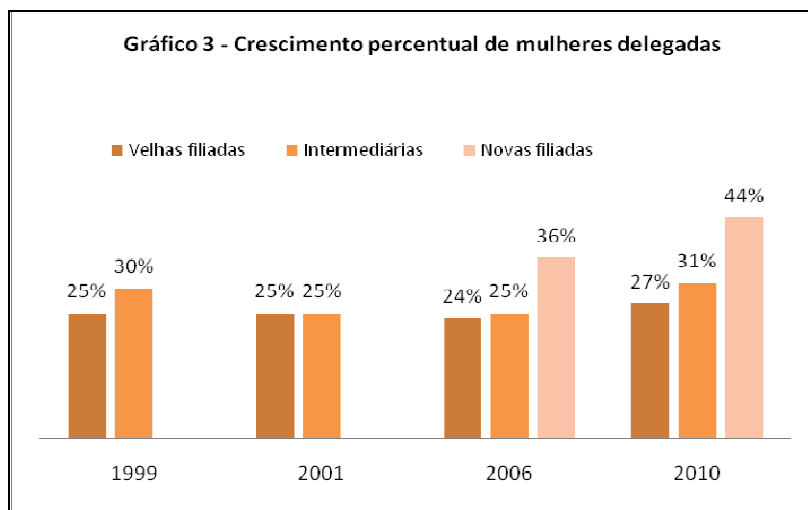
Fonte: Pesquisa com delegados do PT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, gráfico construído pelo autor.

No gráfico 2 também apresenta-se a faixa etária dos delegados no período analisado, onde se percebe um envelhecimento dos representantes, especialmente com a diminuição da faixa entre 31 e 40 anos e o crescimento das faixas subsequentes.



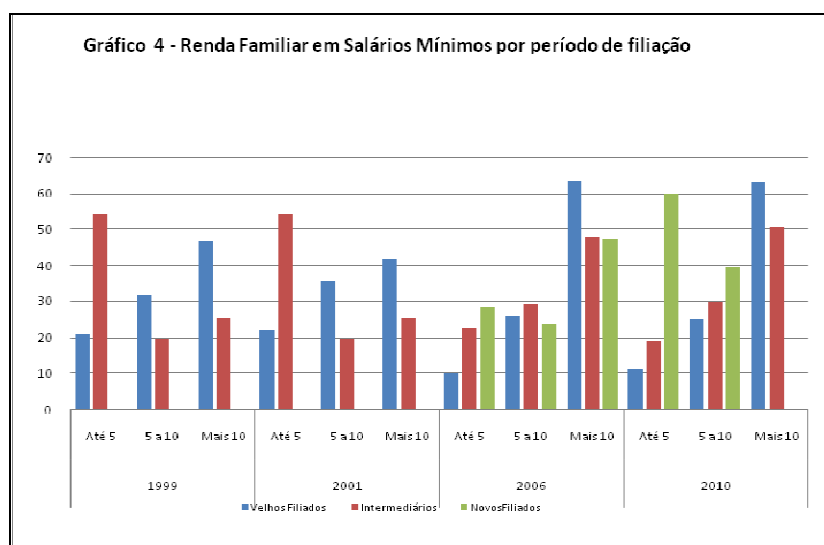
Fonte: Pesquisa com delegados do PT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, gráfico construído pelo autor.

Do ponto de vista do sexo, nos dois primeiros eventos praticamente se mantém a mesma proporção, porém, com o segmento de novas delegadas, filiadas após 2003, percebe-se uma ampliação da participação feminina que chegou a ser em 2010 quase metade dos novos delegados filiados.



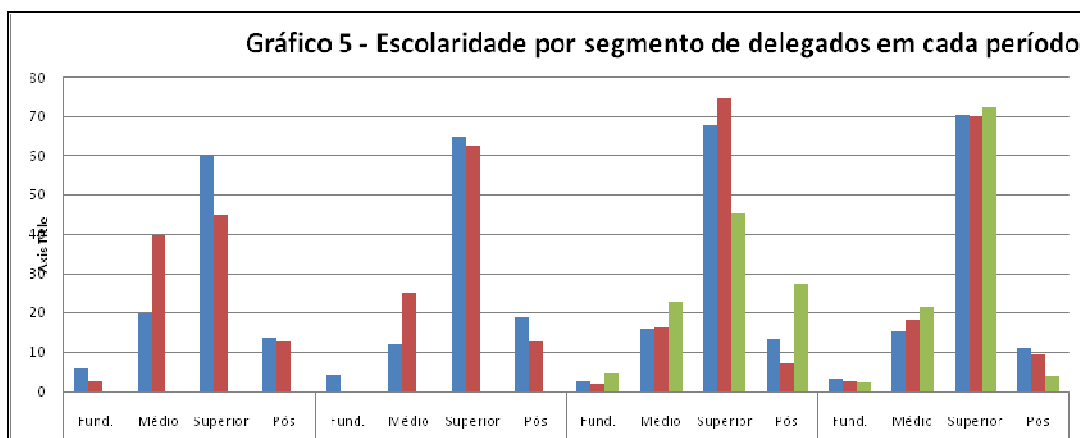
Fonte: Pesquisa com delegados do PT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, gráfico construído pelo autor.

O gráfico 4 apresenta três faixas de renda familiar em salários mínimos, demonstrando que cresce a renda de acordo com o período de filiação, ou seja, filiados mais antigos têm renda proporcionalmente maior. Além disso, cresce o grupo de delegados na maior faixa de renda depois de 2006, com exceção dos novos filiados em 2010.



Fonte: Pesquisa com delegados do PT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, gráfico construído pelo autor.

Para finalizar, sobre o perfil dos delegados, o gráfico 5 apresenta a escolaridade dos delegados por segmentação, em cada evento. O que se percebe é o alto índice de delegados com curso superior, somente estando abaixo de 50% o segmento de filiados intermediários em 1999, com 45%, e os novos filiados em 2001, com 45,5%, chegando em 2010 com todos os segmentos de filiados acima de 70% com nível superior.



Fonte: Pesquisa com delegados do PT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, gráfico construído pelo autor.

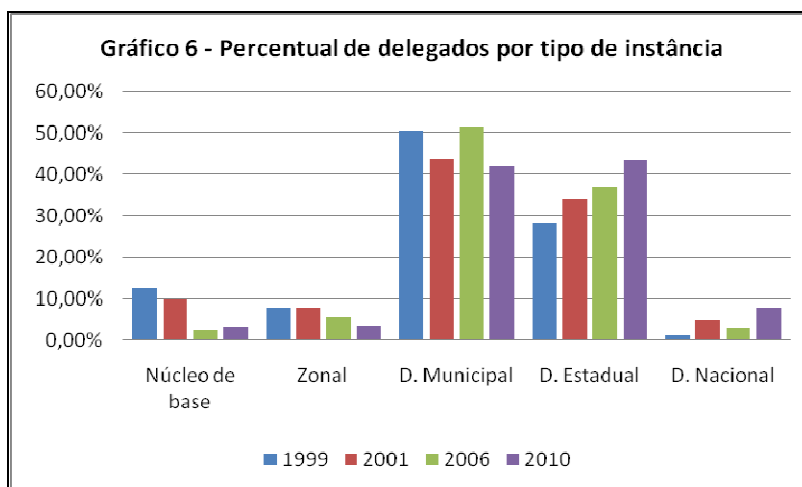
Enfim, do ponto de vista socioeconômico, é possível ressaltar que o perfil dos delegados petistas é sempre acima da média da população brasileira, ou seja, estes dispõem de mais recursos, o que lhes permite participar de forma mais engajada no seu partido político. Ao longo do tempo, essas características se reforçam, pois cresce a escolaridade, a renda e a idade dos delegados, mas ao mesmo tempo amplia a participação de novos filiados e de mulheres.

Inicia-se agora a análise dos dados sobre o problema do declínio da participação de alta intensidade a partir da participação em movimentos sociais e nas instâncias partidárias (questões disponíveis nas pesquisas citadas anteriormente), as atividades essas que demandam mais recursos e tempo de participação e, por isso, caracterizadas como participação de alta intensidade.

Do ponto de vista da participação dos delegados em instâncias partidárias, as respostas positivas ao longo do tempo estão acima de 80%, ou seja, a maioria dos delegados é dirigente partidário. Porém, as opções de quais as instâncias de que participa são cinco: núcleos de base e diretórios zonais, municipais, estaduais e nacional. Precisa-se fazer distinção entre essas instâncias dos núcleos de base pela importância que tiveram na fase inicial do PT na década de 1980, implementando a metodologia de organização de base comunitária, sendo reforçados pelas regras partidárias que condicionavam a participação dos filiados nesses núcleos para ter voto nos demais órgãos.

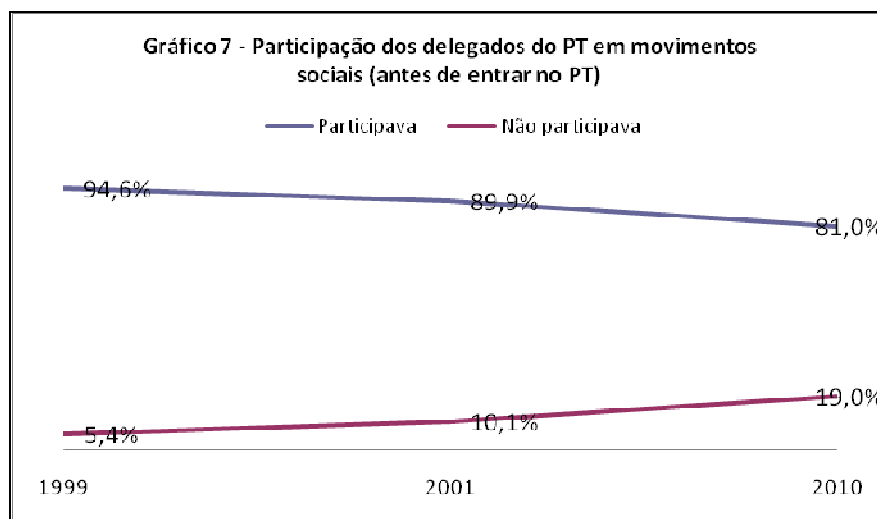
Além das mudanças de contexto, esse espaço de participação foi perdendo peso de decisão, até ser substituído pelo PED a partir de 2001, o que Amaral (2013) considera como determinante para definir o declínio da intensidade de participação no PT. Ainda que se considere que o problema é mais complexo do que isso, é importante destacar esse ponto para afirmar que em relação às demais instâncias o padrão da participação dos delegados é muito semelhante ao longo do tempo. Em 1999, 12,4% participavam em núcleo de base e esse percentual caiu para 9,7%, 2,5% e 3,7% respectivamente nos demais eventos. Uma

queda semelhante ocorre nos diretórios zonais e o que cresce de forma constante são os delegados participantes de diretórios estaduais e um pouco menos no diretório nacional, este, especialmente entre os velhos filiados, conforme gráfico 6.

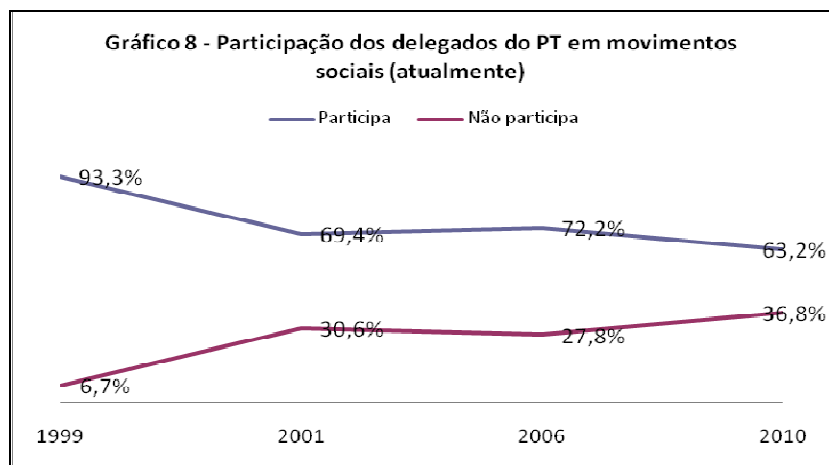


Fonte: Pesquisa com delegados do PT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, gráfico construído pelo autor.

Por fim, em relação à participação dos delegados em movimentos sociais, além da segmentação entre velhos, intermediários e novos filiados, em cada momento histórico da pesquisa, dividiu-se as questões entre quem participava antes de entrar no PT e quem participava no momento da pesquisa, conforme gráficos 7 e 8.



Fonte: Pesquisa com delegados do PT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, gráfico construído pelo autor.

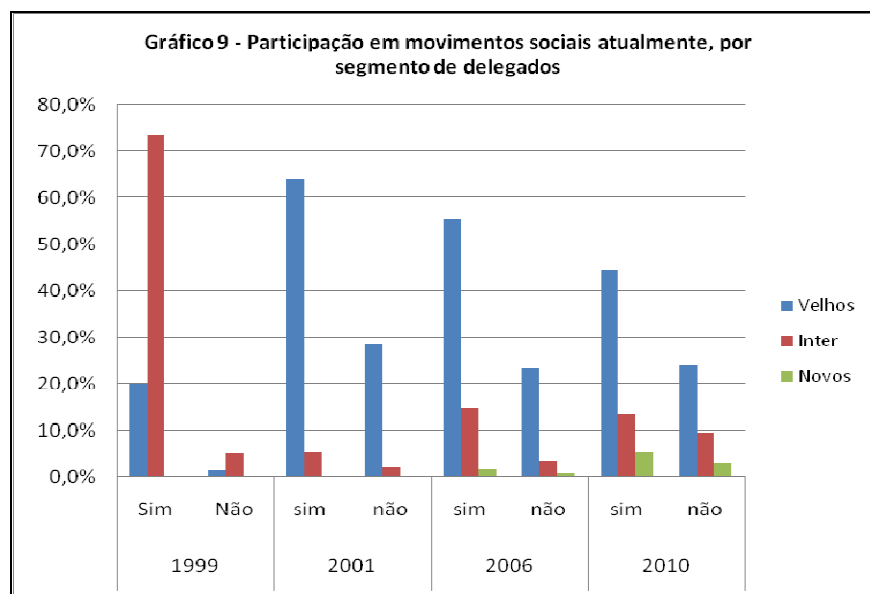


Fonte: Pesquisa com delegados do PT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, gráfico construído pelo autor.

Com relação a esses dois gráficos, pode-se constatar três questões: uma queda constante dos delegados que participavam em movimentos sociais antes de entrarem no PT; uma queda brusca da participação dos delegados em movimentos sociais no momento da pesquisa (atual), principalmente entre 1999 e 2001 que se estabiliza nos eventos seguintes; e o engajamento em movimentos sociais que é maior antes de entrar no PT do que atualmente.

Portanto, pode-se apontar a hipótese de que a militância em movimentos sociais precede a filiação ao PT; não é a filiação ao PT que os torna ativistas, mas foram os ativistas dos movimentos sociais que se filiaram ao PT. Depois de filiado, a participação de alta intensidade transfere-se para as instâncias partidárias. Todavia, não é desprezível o índice de delegados que participam tanto em movimentos sociais como em instâncias partidárias. Por isso, ainda que se perceba uma queda no engajamento dos delegados em movimentos sociais e em núcleos de base, o índice de engajamento em movimentos sociais, antes de entrar no PT e atualmente, está acima de 60%, e, nas instâncias partidárias, acima de 80%.

Outra questão pode ser apresentada é se há alteração no perfil do engajamento entre os segmentos de filiados (velhos, intermediários e novos)?



Fonte: Pesquisa com delegados do PT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, gráfico construído pelo autor.

Aqui, percebe-se nitidamente que além de uma tendência geral de desengajamento, os velhos filiados continuam sendo o segmento que tem mais delegados participantes de movimentos sociais, tanto antes de entrarem no PT, quanto atualmente, portanto, confirma-se a diferenciação entre velhos, intermediários e novos filiados em relação à participação, consequentemente, os filiados mais recentes são menos engajados.

A crescente presença das mulheres nas delegações petistas ao longo do tempo é um fator significativo, ressaltando que esses dados correspondem ao ano de 2010 e que, logo em seguida, em 2011, o PT aprovou uma reforma estatutária que obriga tanto as delegações quanto às instâncias partidárias a cumprirem a paridade de gênero. Ou seja, havia uma obrigatoriedade de cumprir a cota de 30% desde 1990 e agora passou-se a exigir 50% de mulheres em todas as instâncias do PT. Porém, percebe-se que entre os novos filiados isso já era praticamente uma realidade antes mesmo de tornar esse critério obrigatório.

Contudo, com base nesses dados disponíveis, confirma-se dentre os delegados petistas a hipótese do declínio da participação de alta intensidade nos partidos políticos ao longo do tempo como uma tendência mundial, porém, cabe ressaltar que se comparado com o estudo de Whiteley e Seyd (2002) em relação aos partidos Trabalhista e Conservador inglês com a pesquisa realizada por Ribeiro (2014) no estado de São Paulo, pode-se afirmar que o nível do engajamento de alta intensidade nos partidos brasileiros está muito acima daqueles e que o PT se destaca com participação mais intensa entre os partidos brasileiros.

Enfim, os delegados do PT dispõem de recursos socioeconômicos acima da média geral dos eleitores e provavelmente acima da média dos próprios filiados do PT, pois não é possível generalizar os dados dessas pesquisas para o conjunto dos filiados, o que requer

outras pesquisas com maior abrangência e que consigam levantar informações da base dos filiados do PT a partir de uma amostra nacional.

Outro problema que se pode apontar para agendas futuras de pesquisa é a necessidade de ver a intensidade da participação não apenas num único partido, mas de forma comparativa analisar esse fator no sistema partidário do Brasil e na relação com outros estudos na América Latina e em outras regiões do mundo, a exemplo do recente estudo publicado por Ribeiro (2014).

Ainda a respeito, pode-se perguntar se as mudanças na intensidade da participação partidária têm alguma relação com a intensidade de participação nas instituições da sociedade civil, ou seja, se há uma mesma tendência de engajamento nos partidos e nos movimentos sociais ou se há uma correlação inversa. E também qual a relação entre a intensidade da participação em partidos e movimentos sociais com as mudanças na estrutura social brasileira, ou melhor, há um efeito da mobilidade social em relação a mudanças de valores materialistas para pós-materialistas, a exemplo do que aponta Inglehart (2001)?

Finalmente, com esse artigo, além de dialogar com a literatura existente, procura-se contribuir com seu aprofundamento e levantar a necessidade de outros estudos, além de uma diversificação dos enfoques para analisar a participação social em diferentes esferas, em diferentes períodos e em diferentes lugares.

Referências

AMARAL, O. M. E. (2010) **As transformações na organização do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009**. Tese Doutorado. UNICAMP: Campinas, SP : [s. n.], 2010;

AMARAL, O. M. E. (2013) As transformações nas formas de militância no interior do PT: Maior inclusão e menor intensidade. RBCS Vol. 28 n° 82 junho/2013 (pp. 67-86);

AMES, B e POWER, T.J. (2010) Parties and Governability in Brazil. In. **Party Politics in New Democracies**. Oxford (New York): Oxford University Press, 2010;

BAQUERO, M. (2001) **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001;

BENEVIDES, M. V. M. A (1981) **UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981;

BENEVIDES, M. V. M. (1989) **O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989;

BORBA, J. (2012) Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. In. Sociedade e Estado. Vol.27 no.2 Brasília Mai/Ago. 2012;

CARREIRÃO, Y. S. (2007) Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. Revista Opinião Pública, 2007 :307-339;

CARREIRÃO, Y. S. (2013) O sistema partidário brasileiro: um balanço das tendências recentes. São Paulo: ANPOCS, 2013;

CARREIRÃO, Y. S. & KINZO, M. D. G. (2007) Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002). Revista Dados, 2007. Edição nº 47, pp. 131-168.

CÉSAR, B. T. (2002) **PT: a contemporaneidade possível - base social e projeto político (1980-1991)**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

DALTON, FERREL & MacALLISTER. (2011) Political Parties and Democratic Linkage: How Parties Organize Democracy. Hardback, September 2011;

DUVERGER, M. (1980) **Os partidos políticos**. Ed. UnB: Brasília, 1980;

FRANCO, A. A. M. (1980) **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. 3ª Edição. Ed. Alfa-Omega: São Paulo, 1980.

HEIDAR, K. (2006) Party membership and participation. In. KATZ & CROTTY (org). Handbook of Party Politics. Uk: SAGE, 2006. Pp. 301-315;

HUNTINGTON, S. (1991) The third wave: democratization in the late twentieth century. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.

INGLEHART, R. (2001) **Modernización y posmodernización: el cambio cultural, económico y político en 43 sociedades**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo Veintiuno, 2001.

KECK, M. (1991) **PT, A Lógica da Diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.

KINZO, M. D. G. (1990) O quadro partidário e a constituinte. In. LAMOUNIER (Org). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. Editora Sumaré: São Paulo, 1990;

KINZO, M. D. G. (1993) **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. Centro de Estudos Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung: São Paulo, 1993;

KRAUSE, S. (2006) Los partidos políticos brasileños: crisis y perspectivas. In Diálogo Político, Publicación trimestral de la Konrad-Adenauer-Stiftung A.C. Año XXIII – Nº 4 – Diciembre, 2006, pp. 18;

LAMOUNIER, B. & MENEGUELLO, R. (1986) **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro**, IDESP, Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos, 1986

LIMA Jr. O. B. (1999) Partidos, eleições e poder legislativo. In. MICELLI, S. (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. Editora Sumaré: São Paulo, 1999;

LIMONGI, F. & FIGUEIREDO, A. C. (2007) Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira. In. MELO & SÁEZ (org.) **A Democracia Brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Ed. Humanitas (UFMG): Belo Horizonte, 2007;

MAINWARING, S. (1991) **Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparada**. Novos Estudos CEBRAP: São Paulo, 1991;

MAINWARING, S. & LIÑAN, A. P. (1998) Disciplina partidária: o caso da Constituinte. Lua Nova, São Paulo, 1998;

MANIN, B. (1995) As metamorfoses do governo representativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 29, 1995 (pp. 5-34);

MELO, R. C. (2007) Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. In. MELO & SÁEZ (org.) **A Democracia Brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Ed. Humanitas (UFMG): Belo Horizonte, 2007;

MENEGOZZO, C. H. M. (2013) **Partido dos Trabalhadores: bibliografia comentada (1978-2002)**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013;

MENEGUELLO, R.(1988) **PT: a formação de um partido (1979-1982)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988;

MENEGUELO, R. (1998) **Partidos e governo no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

- MEZZAROBA, O. (1998) **O Partido Político em Marx e Engels**. Florianópolis: Paralelo 27-CPGD/UFSC, 1998;
- MICHELS, R. (1982) **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília, Editora UnB, 1982;
- MOISES, J. A. & MENEGUELLO, R. (2012) **A desconfiança política e os impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: Edusp, 2012
- NICOLAU, J. (2010) Partidos e sistemas de partidários: 1995-2009. In. Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: ciência política. São Paulo, ANPOCS, 2010;
- PAIVA, D.; BRAGA, M. S. e PIMETEL JR. J. T. P. (2007) Eleitorado e partidos políticos no Brasil. Opinião Pública, Campinas, v.13, n.2, nov. 2007, p. 388-408.
- RIBEIRO, P. F. (2008) **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**. Tese de Doutorado em Ciência Política - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008;
- RIBEIRO, P.F. (2014) What do These People Want? Membership and Activism in Brazilian Political Parties. Paper presented at the “Contemporary Meanings of Party Membership”, Salamanca, Spain, April, 2014;
- RIBEIRO, E. A. (2011) **Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil**. Maringá (PR): EDUEM, 2011;
- RENNÓ, L. & CABELLO, A. (2010) As Bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? RBCS Vol. 25 n° 74 outubro/2010;
- RODRIGUES, L. M. (2002) Partidos, ideologia e composição social. In. Revista Brasileira de Ciências Sociais. ANPOCS: São Paulo, Vol. 17 n° 48 fevereiro/2002;
- SARTORI, G. (1982) **Partidos e Sistema de Partidos**. Brasília: Editora UNB, 1982;
- SCHATTSCHEIDER E. E. (1942) Party Government. New York: Farrar and Rinehart, Inc. 1942. Pp. vii, 220;
- SINGER, A. (2000) **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2000;
- SINGER, A. (2012) **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. Companhia das Letras: São Paulo, 2012;

TEORELL, J., TORCAL, M. & MONTERO, J.R. (2011) Political participation: Mapping the terrain. In: van Deth, Montero, J. R. & Westholm, A (eds.), *Citizenship and involvement in european democracies: a comparative analysis* (pp. 334-357). London: Routledge;

TERRON & SOARES (2010) As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 16, nº 2, Novembro, 2010, p.310-337

WEBB, P. & WHITE, S. (2010) Conceptualizing the institutionalizations and performance of political parties in new democracies. In. **Party Politics in New Democracies**. Oxford (New York): Oxford University Press, 2010.

WHITELEY, P.F. & SEYD, P. (2002) **High-Intensity Participation: the dynamics of party activism in Britain**. EUA: University of Michigan, 2002;

WHITELEY, P. F. & SEYD, P. (2004) (Org) *Party Politics*. SAGE Journals: Canadá, Jul - 2004;

WHITELEY, P.F. (2011) Is the party over? The decline of party activism and membership across the democratic world. SAGE. *Party Politics*. January 2011 vol. 17 no. 1 21-44. Disponível em < <http://ppq.sagepub.com/content/17/1/21.full.pdf+html>> Acessado em 10 de agosto de 2011;

ZUCCO JR, C. (2011) Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: POWER, T. J.; ZUCCO JR. (orgs). **O congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.